

A revolução de Abril e as duas culturas: resposta a uma crítica?

Só agora, muitos meses após a sua publicação, li a crítica de Villaverde Cabral ao livro *Portugal's Revolution Ten Years On*, de que sou co-autor com o meu colega inglês M. W. Marshall. Villaverde Cabral não gostou do livro e está em boa companhia, porque os críticos do *Marxism Today* e do *Times Literary Supplement* também não gostaram. Das poucas análises do livro que chegaram às minhas mãos, só a da secção portuguesa da BBC é favorável, talvez porque o seu autor, residente no Reino Unido, se tivesse deixado intimidar pelo prestígio da editora. Nós, os autores do livro, temos encarado com bonomia as críticas da imprensa inglesa porque têm sido feitas em moldes perfeitamente razoáveis. O livro é inicialmente descrito com objectividade, seguindo-se a opinião do crítico. O leitor fica na posição de construir uma impressão minimamente informada sobre o livro e sobre o crítico. Seguem as normas das críticas breves, não académicas, a que os Anglo-Saxónicos chamam *reviews*. Apesar do acolhimento que o livro teve ou possa ter por parte do público, a elaboração do texto, o contacto com os entrevistados e o experimentar, embora toscamente, o processo da investigação histórica foram, para os autores, uma experiência que os enriqueceu.

Todavia, se o livro é tão mau, não se compreende a sua publicação por uma editora, a Cambridge University Press (CUP), de enorme prestígio mundial. Segundo nos disse o editor, o texto foi analisado por especialistas em assuntos ibéricos, cujo relatório favorável nos foi fornecido, teve de ser aprovado pelo corpo editorial da CUP, os *syndics*, todos professores da Universidade de Cambridge, e foi depois revisto em detalhe por um subeditor destacado para o efeito. Entretanto, está na *reading list* de pelo menos um departamento de história do Reino Unido e foi objecto de uma crítica no *Times Literary Supplement*, o que não acontece a tudo o que se publica. Suspeito que tudo isto aconteceu porque foi escrito por dois leigos, tendo por essa razão algo de diferente, ainda que mau segundo os críticos.

Convém no entanto lembrar que o autor de qualquer obra, ainda que parte interessada, tem uma posição privilegiada em relação ao crítico, porque pode avaliar se este faz dela uma análise rigorosa ou não. É um pouco a posição do criminoso em relação ao polícia que o investiga. Só por esta razão, já o dizia Unamuno, os livros, mesmo os maus, devem ser lidos com humildade (pelos críticos), e os profissionais da ciência sabem disso melhor do que ninguém, porque aí os erros não se perdoam. Qualquer cientista

* Investigador do Instituto Gulbenkian de Ciência e professor catedrático (conv.) do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar.

respeitável que queira publicar numa revista cotada tem de responder às críticas dos *referees* e, quando *referee*, tem de responder perante o editor às respostas dos autores. É por isso que as leis de Newton ainda são úteis.

Na minha opinião, a crítica de Villaverde Cabral não é razoável, não obedece às regras, provavelmente por resultar de uma postura intelectual muito particular. Para justificar esta impressão minha vejamos uma afirmação do mesmo artigo de Villaverde Cabral quando se refere a outro livro. Escreve ele: «Do ponto de vista teórico, todos nós sabemos que é verdade, infelizmente, que uma nação pode ser demasiado pobre e pouco instruída para manter em funcionamento um regime democrático sem que estejam em causa os méritos absolutos dos valores democráticos.» Esta frase é um conjunto de afirmações incompreensíveis para pessoas com a minha formação. Existe uma teoria das sociedades democráticas ou haverá apenas hipóteses? Eu não a conheço e o mesmo acontece às pessoas que me rodeiam, de onde posso concluir que nem todos sabemos se é verdade o que diz. Uma frase equivalente, mas correcta, em ciência da verdadeira, seria dizer antes de Einstein propor a sua teoria da relatividade especial: «Do ponto de vista teórico, a massa de um corpo é independente da sua velocidade.» Uma teoria é uma hipótese que foi confirmada pela observação ou pela experimentação e que explica um conjunto de observações. Como diria Popper, tem de ser possível demonstrar que é falsa. Não pode aplicar-se nuns casos e não noutros. O resto da afirmação é ainda mais surpreendente pelo que implica: será que as sociedades ricas e instruídas (será que as há?) serão capazes de manter em funcionamento um regime democrático pondo em causa os méritos absolutos dos valores democráticos? Mais adiante faz nova afirmação que se calhar é falsa e que não é na prática testável: «[...] o ponto de vista contrário, partilhado pelo autor destas linhas, atrevo-me a dizê-lo, pela *maioria do eleitorado português* [o sublinhado é meu]: são as dificuldades constitucionais herdadas do período revolucionário que explicam [...]» A Constituição pode ser a culpada, mas, atrevo-me a dizê-lo, *não se sabe se a maioria sabe ou não*. Mais: como pode saber-se se sabe ou não? Se, em pouco mais de sete páginas, Villaverde Cabral faz afirmações que, mesmo para um tolo leigo como eu, são detectáveis como pelo menos inconsistentes (tenho uma lista *concreta* de uma dúzia), pode calcular-se como lhe seria difícil escrever trezentas páginas. Suspeito que a sua crítica foi feita com ligeireza a partir de uma leitura superficial e que, por outro lado, vem de uma «cultura» que é diferente da dos autores do livro.

Acontece que, a despeito do esforço dos seus autores, que passaram longos meses a colher informação onde a podiam encontrar, o *Portugal's Revolution...* contém vários erros factuais (acontece frequentemente em história contemporânea) de origens diferentes, ainda que de pouca importância. Um deles resultou da posição incorrecta de uma ficha na altura em que o ficheiro da cronologia foi transcrito; outros, como uma referência à ala liberal do tempo de Caetano e uma descrição da composição do Conselho da Revolução, resultaram de uma interpretação incorrecta das fontes usadas. Noutros casos, escrevemos uma coisa, mas o leitor pode perceber outra. Conhecemos, pelo menos, parte desses erros porque tivemos a sorte de encontrar um leitor cuidadoso, o brigadeiro Pezarat Correia, que me fez corar de vergonha quando mos apontou. Se os críticos não detectaram

esses erros, ou foram especialmente bondosos ou então... não leram a obra com atenção. Como se trata de factos pouco importantes, é compreensível, penso eu, não terem sido detectados por estrangeiros que não viveram o dia-a-dia da revolução. Em relação aos Portugueses, sobretudo se são historiadores, o caso muda de figura e, se Villaverde Cabral os detectou, perdeu a oportunidade de os denunciar. Eu, que não o conheço, não me atrevo a acusá-lo de ignorância, mas de ligeireza. Para nós, autores, é reconfortante saber que os erros identificados até aqui em nada alteram o essencial da obra, ou pelo menos foi essa a opinião de Pesarat Correia. Villaverde Cabral não leu com atenção, talvez porque não valesse a pena. Como já sugeri indirectamente, suspeito que, mesmo que o tivesse lido com cuidado, teria dificuldade em aceitar o nosso texto porque habita «a outra» das duas culturas. Vejamos.

Por razões políticas ou outras, tem-se assistido (penso eu) ao longo dos anos à construção de uma história mistificada da revolução e ao aviltamento de militares cujo contributo para as nossas liberdades de hoje deveria merecer a gratidão dos democratas portugueses. Publicam-se artigos extensos sobre a bondade, a humildade e a honestidade de Salazar, ao mesmo tempo que se condena Saraiva de Carvalho como se fora um salteador de estradas e se acusa Costa Gomes de estar comprometido com a União Soviética por pertencer ao Movimento Internacional da Paz. Não pertencem ao MIP, mas conheço nele pessoas, em Portugal e no Reino Unido, que de certeza não estão subjugadas a Moscovo. Algumas delas são até anticomunistas. Seria igualmente ridículo, com base nas opiniões de Villaverde Cabral, dizer que ele, Villaverde Cabral, é controlado por Washington. De resto, devo avisá-lo desde já de um perigo à vista em se tirarem inferências deste tipo: a Mrs. Thatcher acaba de perfilhar a ideologia dos Verdes e ainda por cima vai a Moscovo! Mas continuemos. Pessoas que se recusaram a participar na guerra colonial por razões mais do que respeitáveis ou que na altura a denunciaram violentamente vêm agora afirmar na televisão e nos jornais que a descolonização foi precipitada, dando a entender que os militares deviam ter mantido a ocupação dos territórios coloniais de modo a controlarem os processos da sua independência¹. Quando se fala nos militares de Abril, é em regra para os responsabilizar juntamente com os comunistas e com a extrema esquerda, por quem estavam dominados..., pelos «terríveis crimes» cometidos durante o período revolucionário. O fulcro da criminalidade militar nessa altura foi o COP-CON, entidade virtual, verdadeiro tigre de papel, para onde foram empurrados pelos políticos todos os problemas criados pelo fascismo e pelo seu colapso. Isto pode inferir-se de várias entrevistas do livro com militares cuja atitude em relação a Saraiva de Carvalho estava longe de ser idêntica. A ideia de que os militares devem (politicamente) confinar-se aos quartéis, de validade indiscutível, passou a identificar os quartéis com a «bricolândia» e os militares, fazendo renascer dentro de si os seus antigos complexos de inferioridade, enfiaram a carapuça. Depositários como são de um património de informação inestimável sobre o período revolucionário quando falam em público ou quando escrevem, fazem-no como se fossem políticos

¹ Para esclarecimento, devo informar que nasci e vivi em Angola até aos 13 anos, que ali fiz a guerra colonial e que perdi os únicos bens que tinha na altura com a descolonização.

ou analistas políticos, historiadores ou não, à semelhança daqueles doentes que nas consultas, em vez de descreverem sintomas, enumeram diagnósticos. As aparentes afinidades de alguns militares com os comunistas e com os «esquerdistas» durante a revolução não resultou necessariamente de uma comunhão doutrinária, mas sobretudo de terem tido experiências semelhantes dos problemas dos povos oprimidos: os militares nas colónias e as bases (não as cúpulas) do PCP e os «esquerdistas» (muitos saídos do PCP por conflitos com as cúpulas) em Portugal, que também era um país oprimido. Ou não seria? Veja-se a entrevista do major Tomé ou até de Pezarat Correia. Villaverde Cabral acha que os entrevistados disseram o que era de esperar a partir do conhecimento da sua actuação. Nós respondemos: excelente! Para nós, autores, as pessoas são aquilo que fazem e como o livro se destinava ao mercado estrangeiro, onde pouca gente os conhece, seria erróneo publicar entrevistas em que os entrevistados projectassem uma imagem diferente daquilo que eram. Eles eram o que eram, falaram cada um à sua maneira, revelando, encobrendo ou deturpando o que muito bem entenderam e, ao procederem assim, construíram os seus próprios retratos. O relatório da CUP diz: «*The material contained in the interviews with the 'captains' is often remarkable. Indeed some of it borders on the sensational. Inevitable, too, some of it is repetitive but that is the nature of this kind of oral history. Overall, it would be fair to say that, on the basis of the interviews alone, the book deserves to be made available to wider public.*» E mais adiante: «*As it stands this is a useful book. It abounds with original insights into the political processes of the time. It is a primary source of some importance. Accordingly, it will almost certainly be bought by libraries concerned with Portugal, with modern European politics and civil/military relations.*»

Mas porquê entrevistar só militares?

A despeito das condições políticas e sociais abomináveis que o fascismo criou, substrato essencial à eclosão da revolução, ela deu-se porque os militares apearam o regime, ainda que docemente, em 25 de Abril e foi encerrada pelos militares em 25 de Novembro, também docemente. Foi, muito aproximadamente, o tempo que a descolonização durou. Não surpreende que muitos deles tenham participado em ambos os golpes, porque esse foi o tempo durante o qual os militares estiveram unidos por um inimigo comum — a guerra colonial. Quem, como eu, esteve no estrangeiro durante o período revolucionário e vinha cá ver o que se passava de quando em vez foi claramente confrontado com a prodigiosa transformação de muitas pessoas, civis e militares, talvez a maioria (de Cavaco Silva), que da indiferença, simpatia ou oposição ao fascismo passou ao socialismo ortodoxo, para regressar, por via da social-democracia, ao conservadorismo que podia ter mantido Caetano no poder durante mais anos, talvez muitos, se não existisse a guerra colonial. Sem guerra colonial talvez tivéssemos agora a viver a *perestroika* do fascismo liderada pelo Dr. Mário Soares ou pelo Prof. Cavaco Silva. (Vou agora debruçar-me sobre os escritos de Villaverde Cabral — presumo que os tem — para ver o que se passou no seu caso.) Conhecer o que os militares foram e são, o que pensaram e fizeram durante o processo, é um passo fundamental na construção da história do período revolucionário e para isso é essencial fazê-los falar e ouvi-los com respeito, ainda que submetendo posteriormente os seus depoimen-

tos à análise crítica adequada. Sem o seu contributo não há história da revolução. Foi realmente pena não termos entrevistado pessoas como o general Ramalho Eanes, que ignorou sistematicamente os nossos pedidos, tal como várias outras figuras militares importantes, que recusaram entrevistas, mas nada se perdeu quando não entrevistámos o então general Spínola, cujas acções e opiniões eram já sobejamente conhecidas.

O livro foi escrito com três intenções: homenagear os homens de Abril; criar um documento sobre eles numa altura em que a ingrata sociedade portuguesa, de formas veladas ou até oficiais, lhes movia a perseguição que ainda não terminou; tornar os seus depoimentos inteligíveis para anglo-saxónicos. Mas homenagem não significa propaganda. A homenagem está no respeito com que os tratámos, no esforço e no carinho com que o livro foi feito e foi abertamente declarada logo nas primeiras páginas do livro, que foi elaborado de acordo com o único método que os autores conheciam, o método científico das ciências naturais ou, neste caso específico, da epidemiologia. A nossa hipótese de trabalho consistia em admitir ser possível analisar muitos aspectos políticos da revolução portuguesa fazendo falar alguns dos seus militares, porque estes, além de participantes importantes no processo revolucionário, reflectiam a sociedade civil. Se as entrevistas obedecessem a uma grelha extensa e predefinida de questões, pensámos, seria de esperar a emergência de um ou mais padrões de comportamento e pensamento, além de se ficar a saber quem falava verdade e quem omitia, pelos menos, parte da informação. Foi esse o projecto que a CUP aceitou em princípio, impondo desde logo para o manuscrito um limite de 80 000 palavras. A seguir fizemos o levantamento das pessoas a entrevistar, cerca de meia centena, e distribuímo-las pelas áreas que conheciam melhor e entrevistámos as que se prestaram a isso. Paralelamente, e com a colaboração do Dr. R. Gillespie, especialista em assuntos ibéricos do Departamento de História da Universidade de Newcastle-upon-Tyne, elaborámos o extenso questionário que seria usado nas entrevistas. Num artigo científico, esta fase correspondeu àquilo que se designa por «Material e métodos». Os resultados são as entrevistas e a discussão e conclusões a análise das entrevistas. O restante material é uma tentativa modestíssima de colocar o trabalho num contexto que tornasse as entrevistas compreensíveis para o público anglo-saxónico. A opinião dos *referees* da CUP foi de que era «*rather clinical*» e de que «*they try to cram in too much*». Na realidade, nós queríamos que o livro consistisse apenas nas entrevistas, sua metodologia e análise, mas o editor exigiu que escrevêssemos os outros textos explicativos, que, coitados, são tão modestos, e só a custo aceitou as cronologias. Os *referees* queriam que nós fizéssemos a «história da revolução», aquilo que Villaverde Cabral julgou que nós fizemos, mas nós não quisemos meter foice em seara alheia. Como resultado destas imposições editoriais, apenas publicámos um décimo do material colhido. Fomos obrigados a refundir as entrevistas, que foram depois revistas por cada um dos entrevistados (com excepção do coronel Melo Antunes, que confiou em nós), nalguns casos em discussões que duraram muitas horas. A única crítica que Villaverde Cabral nos pode fazer terá de ser baseada na coerência entre as entrevistas e a sua análise. Se a maioria dos entrevistados é de esquerda (será?), posso afirmar-lhe que não foi por culpa nossa. Teria sido muito mais divertido entrevistar militares de todos os quadrantes.

O maior defeito do livro para os meios intelectuais portugueses é estar escrito em linguagem simples (clínica, explícita) de mais. Quando se escreve simples, pode ser-se (parecer-se) trivial e os disparates que se escrevem notam-se logo. A génese do livro mais não é do que uma tentativa, talvez gorada, de construir uma ponte provisória entre as «duas culturas», na esperança de, como cientistas, passarmos a escrever melhor e de que alguém faça o trabalho complementar, do lado de lá, escrevendo e falando com a preocupação de ser claro e cuidadoso nas suas afirmações.

Quando Villaverde Cabral afirma que os fenómenos revolucionários não são fáceis de perceber, faz uma afirmação acadiana porque de momento (talvez para sempre) os fenómenos sociais, porque tão complexos, não são explicáveis, tal como as pessoas não são explicáveis. Isso não impede que haja historiadores que escrevam verdadeiras obras-primas de história descritiva, de que é um exemplo a *English History 1914-1945*, do A. J. P. Taylor, ou pintores que pintem retratos geniais cuja «validade» não está na sua veracidade, porque essa é inverificável. Aquela e muitas outras afirmações de Villaverde Cabral estão deslocadas num homem que parece inteligente e culto porque o colocam na fragilíssima (paternalista?) atitude de quem sabe tudo. Ao colocar-se nessa posição, fala, por exemplo, de «afirmações indemonstradas», mas não diz quais são. Não me repugna admitir que aqui ou acolá tenha razão, mas entretanto perdeu a oportunidade de o demonstrar.

Há no entanto uma afirmação que Villaverde Cabral faz implicitamente mais de uma vez: os autores do livro em análise são da ou simpatizam com a esquerda. Antes de entrar na análise dessa afirmação devo dizer que o crítico do *Times Literary Supplement* é da mesma opinião, enquanto o crítico do *Marxism Today* acha o contrário. Vários elementos da esquerda portuguesa que leram o livro acharam que os autores não tomavam posição. Fica-se sem saber se quem está a ser catalogado são os autores ou os leitores. No meu caso pessoal, se algum rótulo me pode ser aplicado é o de anarquista de poltrona, com uma curiosidade inesgotável pelo mundo que me rodeia (daí o *Portugal's Revolution [...]*) e que, não sendo católico nem religioso, tenho vindo a descobrir ao longo da minha já longa vida a mensagem libertadora do Sermão da Montanha, razão por que venho aqui oferecer-lhe a outra face. Daí, também, o ter aderido, ao longo dos anos (em geral só mentalmente...), a muitas das causas de esquerda. Devo acrescentar ter no meu passado algo que me marcou: a guerra colonial. Apesar de antimilitarista, aprendi que, tal como os críticos ou as pessoas em geral, os militares podem ser maus, assim assim, bons e excepcionais. E um dos homens mais excepcionais, como ser humano, que conheci era um oficial de carreira da tropa portuguesa. Quanto a M. W. Marshall, nunca militou em partido nenhum, mas pertence como eu ao CND (como o Russell pertenceu) e está em completa consonância com o movimento ecológico (como a Mrs. Thatcher). Dito isto, devo adicionar que ser de esquerda não é vergonha nenhuma. Entre os historiadores modernos, Hill, Thompson, Taylor e muitos outros foram e continuam a ser de esquerda e entre os não historiadores do passado Haldane, Sartre, Gide, Shaw tiveram idênticas inclinações. A esquerda de ontem é o centro ou a direita de hoje. Não há direita nem centro sem esquerda.

Para citar uma frase muito usada nos filmes ingleses sobre julgamentos «*I rest my case...*» e, como disse o saudoso Gide, «*Si c'était à refaire je referais ce chemin*».